



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0010678-40.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **Rosiane Silva Souza**
 Requerido: **HIDROLAR BAURU COMÉRCIO DE UTILIDADES DOMESTICAS EIRELLI EPP**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que foi visitada em sua casa por um funcionário da ré, adquirindo do mesmo um produto por ela fabricado e realizando o pagamento das prestações pertinentes por intermédio das faturas de energia elétrica.

Alegou ainda que comunicou a mudança de seu endereço à ré, mas ela não só não transferiu a cobrança como a inseriu perante órgãos de proteção ao crédito pelo não pagamento das prestações em aberto.

Os argumentos expendidos em contestação pela ré não a beneficiam.

Ela não impugnou específica e concretamente o documento de fl. 05, deixando com isso de refutar que a mudança do endereço da autora lhe foi comunicada regularmente.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

O contrato de fl. 30, a seu turno, não contempla a necessidade de informação do novo código da conta de energia em caso de mudança de endereço do consumidor (a cláusula 3 é omissa a esse respeito), muito embora pelo que se pode perceber do teor do documento de fl. 05 isso chegou à ciência da ré.

Nesse contexto, a conduta da ré ao não transferir a cobrança das prestações ajustadas foi inadequada e, como se não bastasse, a negativação da autora revestiu-se de clara ilegalidade, passível mesmo de causar-lhe danos morais se ela já não havia sido submetida a situação semelhante.

Todavia, como esse assunto não foi ventilado, inexistiu possibilidade de pronunciamento a seu propósito.

De qualquer sorte, resta claro o descumprimento do contrato por parte da ré, o que permite a declaração de sua rescisão e o reembolso à autora dos valores despendidos a esse título para retorno das partes ao status quo ante.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a rescisão do contrato celebrado entre as partes e para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 319,08, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Torno definitiva a decisão de fls. 10.

Cumprida a obrigação da ré, ela terá o prazo de trinta dias para diligenciar a retirada do aparelho que está na posse da autora, mas se não o fizer a autora poderá dar ao mesmo a destinação que melhor lhe aprouver.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95. P.R.I.

São Carlos, 30 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**